

O GOLPE APROFUNDOU O RACISMO E AS DESIGUALDADES RACIAIS

O movimento negro vem atuando, desde o século passado, no enfrentamento ao racismo e à desigualdade racial, heranças históricas do processo de colonização-escravidão brasileiro. Nos governos do PT, muitas demandas se transformaram em conquistas, na forma de políticas de igualdade racial implementadas pelo Estado. São deste período a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPPIR e do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR; a instituição do Estatuto da Igualdade Racial, da Lei de cotas nas instituições federais e da Lei de cotas raciais nos concursos públicos federais. Foi também durante os governos do PT que grandes avanços ocorreram na agenda quilombola, com a regulamentação do processo de demarcação e titulação de terras das comunidades dos quilombos, assumida por órgão específico do INCRA; a criação do Programa Brasil Quilombola; e a adoção da Agenda Social Quilombola. Há mais: a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana nas escolas do ensino fundamental e médio, as Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial, o Plano Nacional de Políticas para povos e comunidades tradicionais; a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SINAPIR.

A destinação de recursos orçamentários para o cumprimento dos objetivos da política de igualdade racial ratificou sua importância. Sua inserção nos Planos Plurianuais possibilitou maior transparência e controle social das ações realizadas. Garantiu, também, a sua legitimidade em dois importantes aspectos da política pública: a transversalidade, trazendo a especificidade da igualdade racial para as ações dos outros ministérios e a dimensão estrutural, com orçamento próprio e ações específicas realizadas pela SEPPIR. Desta forma, as políticas de igualdade racial construíram um terreno propício para que a inclusão social brasileira incluísse a igualdade racial como um dos seus princípios emancipatórios.

O golpe interrompeu esse processo. A extinção do ministério, a interrupção das políticas, os profundos cortes orçamentários, o des-caso com os direitos das comunidades quilombolas e a nomeação de gestores contrários à política de combate ao racismo e aos sujeitos que a protagonizaram, como na Fundação Palmares, são exemplos dos retrocessos em curso.

O golpe fez reviver a narrativa e a prática política de negação da existência do racismo que durante muito tempo foi proferida pelo Estado brasileiro. Ao implementar um processo contínuo de destruição das políticas de igualdade racial, fez o Brasil retroceder ao patamar de aparente neutralidade estatal que, na realidade, encobre a necropolítica instaurada na forma como as urgentes demandas da população negra têm sido tratadas.

UMA SEPPIR FIGURATIVA

O contínuo esvaziamento do espaço institucional de coordenação e implementação das políticas de igualdade racial é uma das facetas mais visíveis da destruição promovida a partir do golpe. Já em 2016, imediatamente após a posse de Temer, houve a extinção do Ministério

das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, em 2016, rebaixando a SEPPIR de ministério para uma das secretarias do Ministério dos Direitos Humanos, com baixo orçamento e diminuição dos seus quadros profissionais. Com Bolsonaro, houve novo rebaixamento do status da SEPPIR, que foi transformada em uma das secretarias do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, fragilização acentuada pela extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, importante ministério para agricultura familiar, condição de muitos trabalhadores e trabalhadoras negras e negros.

Essa estratégia de manter a antiga SEPPIR como órgão rebaixado do status de ministério, sem orçamento, realizando apenas algumas ações esporádicas é uma das formas de perpetuação do racismo institucional. Mantém-se o discurso, uma estrutura mínima para o funcionamento do órgão, realizando poucas ações que não implicam em gasto orçamentário, mas em atos políticos vazios, sem diálogo com a comunidade. Intervêm no CNPIR, anulando mandatos de 14 conselheiros representantes de organizações gerais do movimento negro, juventude negra, quilombolas, trabalhadores, estudantes, pesquisadores negros e comunidade árabe.

Aprofunda-se, desta forma, o racismo institucional e a desigualdade racial. Expressão clara deste processo é o fato de, nos mais diversos atos e manifestações racistas ocorridos no Brasil após o golpe, em momento algum viu-se a SEPPIR do Golpe se manifestar, e nem ministros e ministras, secretários e secretárias que ocuparam a pasta tomarem atitudes e decisões políticas antirracistas.

SEM ORÇAMENTO, SEM POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

Sem recursos orçamentários nenhuma política pública consegue ser efetivada. Por isto, pode-se afirmar que está em curso, de forma

explícita, uma estratégia de destruição das políticas de igualdade racial no Brasil, ao inviabilizar, pela negação de orçamento, o combate ao racismo como parte da política de Estado.

No Plano Plurianual – PPA 2020-2023, feito pelo governo Bolsonaro, inexistiu qualquer menção à população negra, quilombola ou ao racismo. O Programa 2034 – Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo foi extinto e não há ação orçamentária ou programa que organize as políticas de igualdade racial. Essa realidade desobriga todo e qualquer órgão de alocar recursos para essas políticas.

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos continua com responsabilidade de implementá-las e atender o seu público, pois mantém em sua estrutura a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Porém, a política que deveria ser realizada por essa instância não tem nenhuma garantia e nem é realizada de forma eficaz, pois não existe orçamento para tal.

Em relação à política de regularização fundiária dos quilombos, além das mudanças nas estruturas do INCRA, o orçamento vem sendo asfixiado, o que impossibilita sua execução. Em 2020, o limite orçamentário para as ações de reconhecimento de territórios quilombolas correspondia a apenas 5% do total de 2015; para indenização de territórios quilombolas, equivalia a 19% do autorizado em 2015.

A INVERSÃO DO PAPEL DA FUNDAÇÃO PALMARES

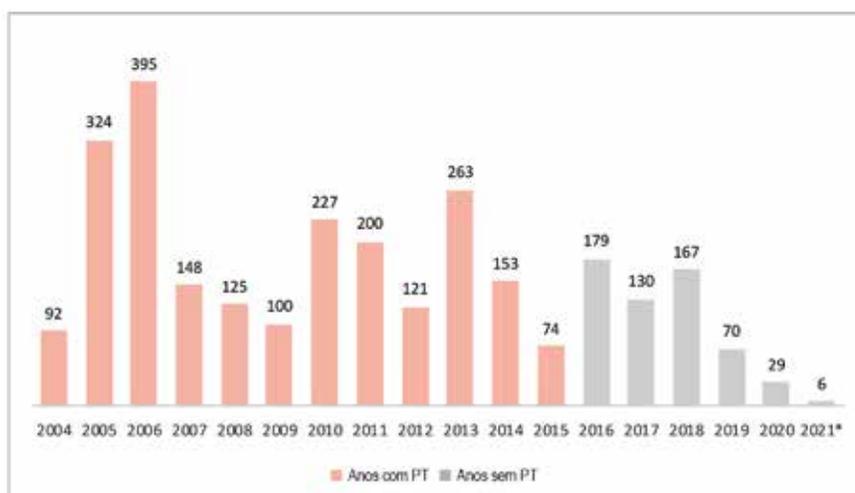
Criada em 1988, ano do centenário da abolição da escravatura, como uma das reivindicações do Movimento Negro, à Fundação Cultural Palmares – FCP caberia promover a preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. Desde o início do governo Bolsonaro, seu presidente age de forma deliberada em direção contrária a este mandato. São várias suas declarações pejorativas e depreciativas em relação ao

Movimento Negro. Propôs a exclusão de nomes de pessoas negras e seus respectivos textos biográficos da Lista de Personalidades Negras da Fundação; fez registros nas redes sociais nos quais não somente se contrapõe à luta antirracista, bem como a minimiza e a despreza.

A Fundação Cultural Palmares vem se afastando cada vez mais da sua missão. Os posicionamentos do presidente negando inclusive a existência do racismo e agindo de forma arbitrária e autoritária nas suas decisões provocaram o pedido de demissão de gestores que alegaram ingerência generalizada da gestão. As condições objetivas para atuação da Fundação também vêm sendo destruídas.

O orçamento da FCP vem declinando continuamente desde o golpe e, em 2021, é 43% menor que o de 2016. No governo Bolsonaro, a estratégia de paralisar as políticas de reconhecimento das populações tradicionais avançou. O número de territórios quilombolas certificados chegou, em 2020, ao menor patamar desde 2004, com a certificação de apenas 29 territórios, menos da metade do que em 2019.

GRÁFICO 1: NÚMERO DE CERTIFICAÇÕES DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES



Fonte: Fundação Cultural Palmares. Organizado por Achados e Perdidos.
*2021 = até fevereiro.

A lentidão do processo de certificação acentua a vulnerabilidade das populações quilombolas, que é grande mesmo naqueles territórios certificados e titulados. A baixa resolutividade da atuação da Fundação Palmares se torna especialmente perniciosa em tempos de pandemia.

Os próprios quilombolas, por meio da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ, realizam o monitoramento da COVID-19 em todas as comunidades. Conseguiram a aprovação no Supremo Tribunal Federal – STF da Arguição de Descumprimento de Direito Fundamental – ADPF 742/2020, em setembro de 2020, o que assegurou a inclusão nos grupos prioritários de vacinação contra a COVID-19.

Esse perfil de gestão, em que o Estado se ausenta e se omite, é parte do processo de destruição das políticas de igualdade racial e da implementação do racismo institucional em curso. O golpe criou as condições para a regressão, que se aprofunda a cada dia.